



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

021. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
 - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
 - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
 - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
 - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
 - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
 - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
 - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
 - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
 - (B) justificadas.
 - (C) decorosas.
 - (D) convencionais.
 - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
 - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
 - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
 - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
12. Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
 - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
 - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
 - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
 - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
13. Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
 - (B) Ministério Público e autarquia.
 - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
 - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
14. Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
 - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
 - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
 - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
15. No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
 - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
16. Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
 - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
 - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
 - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação
- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
 - (B) gozará de autonomia jurídica.
 - (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
 - (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
 - (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.
25. No Brasil, entre os direitos civis, políticos e sociais que compõem a cidadania, são os direitos civis que se concretizam com mais dificuldade, o que está relacionado com as desigualdades sociais e econômicas. Entre esses, o direito de propriedade da terra, para pequenos agricultores, é, historicamente, o mais vulnerável. O princípio da isonomia, expresso na Constituição Federal, rege esse direito, e informa a política agrária, garantindo o direito de propriedade, desde que atendida sua função social. A função social da propriedade é cumprida, no caso da propriedade rural, quando ela atende aos requisitos de
- (A) exploração de toda a extensão de sua área agricultável e de seus recursos naturais; de preservação ambiental e de observância dos dispositivos regulatórios das relações de trabalho.
 - (B) produção racional orientada para o mercado; de preservação ambiental e de observância da legislação trabalhista; e de exploração favorável ao bem-estar dos trabalhadores e dos proprietários.
 - (C) aproveitamento racional da terra e dos demais recursos naturais; e de observância dos dispositivos regulatórios das relações de trabalho.
 - (D) utilização adequada dos recursos naturais; de preservação ambiental e de exploração favorável ao bem-estar dos trabalhadores.
 - (E) aproveitamento racional e adequado; de utilização adequada dos recursos naturais e de preservação ambiental; de observância dos dispositivos regulatórios das relações de trabalho; e de exploração favorável ao bem-estar dos trabalhadores e dos proprietários.
26. Nos anos de 1990, a luta pela terra voltou a ocupar espaço importante no cenário político brasileiro, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teve um papel decisivo nesse processo. Reacendeu-se com isso o debate acerca de qual modelo de uso da terra e forma de propriedade poderia garantir ao país a solução de seus problemas de redistribuição e de abastecimento alimentar. A questão agrária não está superada, mas adquire novos aspectos, exigindo considerar
- (A) os mecanismos que levam, ou não, os agricultores e moradores do mundo rural a se inserirem na economia de mercado.
 - (B) que o rural não se resume mais à atividade agrícola, e a dinâmica da agricultura está condicionada por outras atividades econômicas.
 - (C) quais formas sociais de trabalho e produção no campo explicam os rumos do desenvolvimento e o papel da agricultura nesse processo.
 - (D) a adequação das políticas econômicas para alavancar o desenvolvimento rural e fazer a agricultura cumprir seu papel no processo de desenvolvimento.
 - (E) a permanência da agricultura familiar, em virtude de razões exclusivamente internas às unidades, baseadas na utilização de trabalho não assalariado.
27. Com a emergência de novas formas de organização do trabalho no mundo rural, em face das transformações do mercado de trabalho, e de regulamentação social e econômica da estrutura agrária marcada pela consolidação do sistema agroalimentar internacional, a agricultura familiar contemporânea, no Brasil, reconfigura-se, apresentando os seguintes aspectos:
- (A) a unidade familiar de produção e consumo torna-se, muitas vezes, apenas local de moradia, com o aumento da mobilidade individual de seus co-habitantes, em função da oferta de trabalho assalariado no setor agrícola.
 - (B) parcela significativa dos membros da unidade familiar de produção e consumo obtém a renda que compõe o orçamento doméstico de atividades não agrícolas.
 - (C) quanto menos modernizada e com rendimentos mais baixos a unidade familiar, mais dependente ela se torna da agroindústria.
 - (D) a unidade familiar consegue se reproduzir social e economicamente pela autoexploração do trabalho de seus membros, principalmente voltado à produção para autoconsumo.
 - (E) a unidade familiar tende à precariedade técnica, à estagnação econômica e à miséria social, na proporção do aumento da necessidade de assalariamento de seus membros.

28. A agricultura familiar no Estado de São Paulo, hoje, depara-se com desafios e possibilidades de reprodução, dependendo do(a)
- (A) equilíbrio entre a produção para o mercado e a produção para o autoconsumo, especializando o seu produto.
 - (B) absorção dos desempregados do setor sucroalcooleiro, em decorrência da mecanização da colheita da cana.
 - (C) diversificação da produção, diminuindo o nível de consumo, especialmente entre beneficiários da reforma agrária, remanescentes de quilombos e demais populações rurais alvos de políticas sociais.
 - (D) intensificação de estratégias pluriativas, na medida da incorporação de novas tecnologias produtivas e do aumento de seus rendimentos.
 - (E) garantia do espaço de trabalho aos membros da unidade familiar, sem que isso se torne economicamente inviável, e equilíbrio entre diversificação e especialização produtiva.
29. O Código Civil brasileiro define como justa e de boa-fé a posse
- (A) a justo título, salvo prova em contrário.
 - (B) adquirida desde o momento em que se torna possível, em nome próprio, o exercício de fato, pleno ou não, de qualquer dos poderes inerentes à propriedade.
 - (C) que não seja violenta ou clandestina, mesmo se marcada por vício ou obstáculo que impeça a aquisição da coisa possuída.
 - (D) que não seja violenta, clandestina ou precária, e cujo possuidor ignore vício ou obstáculo que impeça a aquisição da coisa possuída.
 - (E) que não contenha vício ou obstáculo que impeça a aquisição da coisa possuída, e quando a lei não admitir expressamente a presunção de boa fé.
30. O possuidor tem direito, em caso de turbacão na posse ou de esbulho possessório, às seguintes ações judiciais, correta e respectivamente, à ação de
- (A) reintegração de posse e à ação de manutenção de posse.
 - (B) usucapião e à ação de reintegração de posse.
 - (C) manutenção de posse e à ação de reintegração de posse.
 - (D) reintegração de posse, se tiver justo receio de ser molestado por violência iminente, e à ação de manutenção de posse.
 - (E) usucapião e à ação de reintegração de posse se a perda desta não decorreu de alegação de propriedade ou de outro direito sobre a coisa possuída.
31. A propriedade rural pode ser adquirida por usucapião, segundo o Código Civil, por aquele que
- (A) possuir o imóvel rural, por dez anos, contínua e incontestadamente, independentemente de justo título, e de moradia habitual ou de torná-lo produtivo, desde que não superior a 50 hectares.
 - (B) possuir o imóvel rural, por dez anos, por si, e por seus antecessores, independentemente da continuidade da posse destes e de justo título, desde que não ultrapasse 50 hectares, e desde que não more em outro imóvel.
 - (C) possuir o imóvel rural com área não superior a 50 hectares, por quinze anos, desde que a justo título, e que o tenha tornado produtivo com seu trabalho e o de sua família.
 - (D) não possuir outro imóvel rural ou urbano, e que torne produtivo o imóvel rural com área não superior a 50 hectares, pelo prazo de dez anos, mesmo que sua posse seja contestada.
 - (E) não possuir outro imóvel rural ou urbano, e tiver tornado produtivo o imóvel rural não superior a 50 hectares, com seu trabalho e o de sua família, nele morando, por cinco anos ininterruptos, sem oposição.
32. O Código Penal brasileiro define como crime contra o patrimônio o esbulho possessório, nos seguintes termos:
- (A) alterar limites, suprimindo ou deslocando marco, ou qualquer outro sinal de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia.
 - (B) alterar limites, suprimindo marco, ou qualquer outro sinal de linha divisória, para apropriar-se, no todo, de coisa imóvel alheia.
 - (C) invadir, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio.
 - (D) invadir, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante o concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício objeto de propriedade de outrem.
 - (E) invadir, com violência a marco ou qualquer outro sinal de linha divisória, terreno ou edifício alheio.

33. O Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504/64, define como propriedade familiar o imóvel rural direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, garantindo-lhes a subsistência e o progresso econômico e social, e que
- (A) absorva toda a força de trabalho familiar, sendo admitida a ajuda regular de terceiros, desde que a área máxima, fixada para cada região e tipo de exploração, ultrapasse 100 hectares.
 - (B) absorva parcialmente a força de trabalho familiar, sendo admitida a ajuda regular de terceiros, desde que a área máxima, fixada para cada região e tipo de exploração, ultrapasse 100 hectares.
 - (C) absorva parcialmente a força de trabalho familiar, sendo admitida a ajuda eventual de terceiros, desde que a área máxima, fixada para cada região e tipo de exploração, ultrapasse 50 hectares.
 - (D) absorva toda a força de trabalho familiar, não sendo admitida ajuda regular ou eventual de terceiros, desde que a área máxima, fixada para cada região e tipo de exploração, ultrapasse 50 hectares.
 - (E) absorva toda a força de trabalho familiar, sendo admitida a ajuda eventual de terceiros, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração.
34. O Estatuto da Terra prevê convênios, acordos ou contratos para a solução de problemas de interesse rural, principalmente os relativos à aplicação das leis que visam implementar a reforma agrária e a uniformização dos critérios de sua execução. Os convênios são estabelecidos para
- (A) delegar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a criação de órgãos colegiados para executar o Programa Nacional de Reforma Agrária nas terras devolutas federais situadas nos seus respectivos territórios.
 - (B) unir esforços dos funcionários da União e dos Estados para a execução dos planos regionais de reforma agrária incidentes nas terras devolutas estaduais.
 - (C) realizar o cadastramento das famílias a serem assentadas em terras desapropriadas, e para financiar as desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária.
 - (D) delegar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o cadastramento, as vistorias e as avaliações das propriedades rurais em seu território, e outras atribuições relativas à execução do Programa Nacional de Reforma Agrária.
 - (E) delegar aos Estados que tenham instituído órgão colegiado, com participação paritária das organizações de agricultores familiares e trabalhadores sem terra, o cadastramento e as avaliações das propriedades rurais em seu território, e o financiamento das desapropriações por interesse social.
35. Aos ocupantes de terras devolutas federais, segundo o Estatuto da Terra, é permitida
- (A) a emissão de título de domínio, se forem posseiros, e se as áreas ocupadas por estes já tiverem sido objeto de ação discriminatória.
 - (B) a permissão de uso, se forem legítimos possuidores, obedecendo aos requisitos indispensáveis de cultura efetiva e moradia habitual.
 - (C) a legitimação de posse, por processo administrativo, condicionada aos requisitos indispensáveis de cultura efetiva e moradia habitual.
 - (D) a conversão da posse legítima em título de domínio, por usucapião, condicionada aos requisitos indispensáveis de cultura efetiva e moradia habitual.
 - (E) a legitimação de posse, por usucapião, se as áreas ocupadas ainda não foram objeto de ação discriminatória.
36. O Decreto Estadual n.º 42.041/97, visando arrecadar terras em processos de desapropriação, por acordo, atribui ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo as seguintes competências:
- (A) a regularização fundiária, o assentamento de trabalhadores rurais sem terra, o exame da viabilidade socioeconômica da área para projetos de assentamento, a manifestação sobre sua produtividade, a identificação de conflitos e os trabalhos de agrimensura e avaliação.
 - (B) o assentamento de posseiros em terras devolutas ainda não discriminadas, o exame da viabilidade socioeconômica da área para projetos de assentamento, a manifestação sobre sua produtividade e sobre as benfeitorias que lhe foram por estes incorporadas, além da prestação de outros esclarecimentos técnicos.
 - (C) o acordo com o proprietário interessado, a identificação de conflitos, a manifestação sobre a produtividade da área por este indicada e as benfeitorias que lhe foram incorporadas, o exame de sua viabilidade socioeconômica para projetos de assentamento, e os trabalhos de agrimensura e avaliação.
 - (D) a discriminação da área escolhida, a estipulação do montante a ser indenizado ao proprietário interessado, mediante avaliação de sua produtividade, das acessões e benfeitorias a ela incorporada, e a prestação de informações sobre a demanda por terras e de outros esclarecimentos técnicos.
 - (E) a escolha da área, conforme entendimento com o particular interessado, o exame de sua viabilidade socioeconômica para projetos de assentamento, a manifestação sobre sua produtividade, acessões e benfeitorias, informações sobre demanda por terras, os trabalhos de agrimensura e avaliação, e a prestação de outros esclarecimentos técnicos.

37. De acordo com os dados da Fundação ITESP, apurados entre janeiro e outubro de 2011, as ocupações de terras no estado de São Paulo
- (A) estão ausentes nas regiões sul e sudeste, e se intensificam na região norte.
 - (B) vêm, de modo geral, decrescendo a contar de 2005, mas tendem a deslocar-se para as regiões sudoeste, leste e norte, diminuindo na região oeste.
 - (C) vêm, de modo geral, estabilizando-se a contar de 2005, concentrando-se na região noroeste, e diminuindo na região oeste.
 - (D) vêm, de modo geral, decrescendo a contar de 2005, mas continuam se concentrando na região oeste, e estendem-se principalmente para a região noroeste.
 - (E) vêm aumentando nas regiões oeste e sul, e diminuindo na região noroeste.
38. Boa parte dos conflitos fundiários, no estado de São Paulo, decorre, sobretudo, da irregularidade fundiária, resultante da inconclusão de ações discriminatórias, iniciadas na década de 1930, o que propicia a “grilagem” de terras públicas. Nesses conflitos se contrapõem
- (A) movimentos de trabalhadores rurais sem terra, que promovem ocupações em terras devolutas já discriminadas, com o objetivo de nelas serem assentados, a seus supostos proprietários, cujo título de domínio é irregular.
 - (B) movimentos sociais de trabalhadores rurais sem terra, que promovem ocupações em terras particulares já discriminadas, a grandes empreendimentos agroindustriais, seus proprietários.
 - (C) comunidades tradicionais e remanescentes de quilombos, a proprietários cujos títulos se referam às áreas por estas possuídas, já que seu reconhecimento pelo estado depende da solução dos conflitos anteriores a sua identificação.
 - (D) posseiros, cujos antecessores, de quem são herdeiros, não apresentaram seus títulos de posse nas ações discriminatórias, ao estado, que promove contra eles a reintegração de posse.
 - (E) pequenos agricultores posseiros situados em terras presumivelmente devolutas, a supostos proprietários que alegam seu domínio com base em títulos de origem duvidosa.
39. A modernização agrícola brasileira, entre os anos de 1960 e 1990, gerando o descompasso entre o crescimento econômico e a equidade social, afeta a agricultura familiar. Uma parcela significativa dos agricultores é excluída desse processo, podendo-se afirmar que
- (A) ele soluciona o problema do abastecimento alimentar, de seus custos e de sua base técnica, na medida em que a parcela modernizada dos agricultores familiares torna-se dependente do trabalho assalariado e da propriedade fundiária.
 - (B) a parcela dos agricultores familiares que consegue se modernizar, com a crise do setor agrícola, nos anos de 1980, vê suas conquistas postas em risco, com a execução das hipotecas sobre a terra.
 - (C) as unidades familiares de produção e consumo são forçadas, nesse contexto, ao assalariamento fora do setor agrícola.
 - (D) ele soluciona o problema do abastecimento alimentar, de seus custos e de sua base técnica, na medida em que, forçada à modernização, a agricultura familiar tende a integrar-se à agroindústria.
 - (E) ele não soluciona o problema do abastecimento alimentar, de seus custos e de sua base técnica porque, forçada à modernização, a agricultura familiar torna-se dependente da intervenção pública.
40. Apesar da modernização agrícola quanto a seu perfil técnico e econômico, a partir de meados dos anos de 1960, a propriedade fundiária, no Brasil, repõe o controle sobre os elementos históricos de sua dominação: o domínio da terra e, portanto, da força de trabalho rural. Ela persiste, assim, como elemento organizador central da atividade agrícola, mas se apresenta como independente de seu uso produtivo, e gera excedente de população rural que se reproduz na pobreza. No estado de São Paulo, esse processo de concentração de terra se associa à irregularidade fundiária, especialmente em algumas regiões, engendrando conflitos que provocam
- (A) intervenção do governo estadual para fins de regularização fundiária, visando reverter todas as propriedades oriundas de “grilagens” ao seu patrimônio imobiliário, por estarem situadas em terras devolutas.
 - (B) desapropriações para fins de reforma agrária, visando assentar posseiros expropriados pela expansão da propriedade dos grandes empreendimentos agrícolas.
 - (C) intervenção do governo do estado para fins de regularização fundiária e reforma agrária, visando assentar trabalhadores rurais em terras devolutas estaduais.
 - (D) desapropriações para fins de reforma agrária, visando assentar trabalhadores rurais sem terra, para a implementação de política agrícola orientada para o fortalecimento da agricultura familiar.
 - (E) intervenções do governo do estado para fins de regularização fundiária e reforma agrária, em resposta aos intensos conflitos e ocupações para reivindicar terras.

41. Com a expansão da agroindústria sucroalcooleira e sua demanda por terras de cultivo, os contratos de fornecimento de cana têm papel relevante. Em alguns assentamentos no estado de São Paulo, como alternativa às dificuldades produtivas e de mercado, esses contratos são introduzidos, tendo como decorrências
- (A) a implementação significativa da renda agrícola das famílias assentadas e da dinâmica econômica dos municípios, atendendo-se ainda à demanda dos jovens assentados pelo estudo, que suas famílias passam a ter mais condições de proporcionar, com o aumento de sua renda.
 - (B) a mudança das relações com os órgãos gestores, que passam a apoiar esses contratos, autorizando o financiamento do fornecimento, bem como a regularização das dívidas dos assentados com as usinas, com os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.
 - (C) o aumento da autonomia de gestão nas unidades produtivas, e dos assentamentos em seu conjunto, bem como de suas cooperativas, em relação aos órgãos gestores e, assim, a expansão de suas liberdades, ampliando sua renda, suas condições de inclusão social e sua participação cidadã, não comprometendo programas municipais e estaduais de segurança alimentar e responsabilidade social.
 - (D) o controle do espaço dos assentamentos pela agroindústria, prejudicando sua autonomia de gestão, limitando sua liberdade de escolha, e a emergência de conflitos com os órgãos gestores, levando, inclusive, a reintegrações de posse a favor do INCRA, por atividade não compatível com os fins da reforma agrária.
 - (E) ampliação da liberdade de escolha dos assentados quanto à sua produção, a partir de informações claras sobre seu valor real e preço a ser pago pelas usinas, às possibilidades de diversificação produtiva e de distribuição das áreas destinadas à cana e aos outros produtos que, inclusive, atendam à subsistência.
42. O Decreto estadual n.º 41.774/97 cria o Programa de Cooperação Técnica e Ação Conjunta entre secretarias estaduais e a Procuradoria Geral do Estado, que compõem seu conselho gestor, objetivando a identificação e a discriminação das terras devolutas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, e sua regularização fundiária. Compete às Secretarias da Justiça e da Defesa da Cidadania, do Meio Ambiente, da Cultura, da Educação, e da Agricultura e Abastecimento, respectivamente:
- (A) realizar, por meio da ação da Fundação ITESP, os trabalhos geodésicos e topográficos de levantamento do perímetro ou das glebas ocupadas pelos remanescentes; acompanhar a demarcação de divisas das Unidades de Conservação, compatibilizando seus limites com os das comunidades remanescentes de quilombos; levantar, por meio do CONDEPHAAT, seu patrimônio cultural, os bens materiais e imateriais portadores de referências à identidade, ação e memória dos grupos; enfatizar os direitos humanos, o combate ao racismo e à discriminação racial; resgatar e valorizar práticas tradicionais de utilização da terra e de seus produtos agropecuários de subsistência, e implementar o associativismo e o cooperativismo.
 - (B) ajuizar as ações discriminatórias e os planos de legitimação de posses nessas terras; acompanhar a demarcação de divisas das Unidades de Conservação, compatibilizando seus limites com os das comunidades remanescentes; levantar os sítios de valor histórico, paisagístico e arqueológico situados em terras dessas comunidades, bem como suas formas de expressão e seu modo de vida tradicional; enfatizar os direitos humanos, o combate ao racismo e à discriminação racial; realizar, por meio da ação da Fundação ITESP, os trabalhos geodésicos e topográficos de levantamento do perímetro ou das glebas ocupadas pelos remanescentes.
 - (C) promover os direitos humanos, o combate ao racismo e à discriminação racial, e ajuizar as ações discriminatórias nessas terras; demarcar as divisas das Unidades de Conservação, compatibilizando seus limites com os das comunidades remanescentes; levantar, por meio do CODEPHAAT, os sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico e ecológico situados em terras dessas comunidades; enfatizar o combate ao racismo e à discriminação racial; realizar, por meio da ação da Fundação ITESP, os trabalhos geodésicos e topográficos de levantamento do perímetro ou das glebas ocupadas pelos remanescentes, e resgatar as práticas tradicionais de utilização da terra e de seus produtos agropecuários.
 - (D) realizar, por meio da ação da Fundação ITESP, os trabalhos geodésicos de levantamento do perímetro ou das glebas ocupadas pelas comunidades remanescentes para implementar os planos de legitimação de posses; demarcar as divisas das Unidades de Conservação, compatibilizando seus limites com os das comunidades remanescentes; levantar os sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico e ecológico situados em terras dessas comunidades; enfatizar o combate ao racismo e à discriminação racial; resgatar e valorizar as práticas tradicionais de utilização da terra e de seus produtos agropecuários de subsistência, e incentivar o associativismo e o cooperativismo.
 - (E) realizar, por meio da Fundação ITESP, os trabalhos geodésicos e topográficos de levantamento do perímetro ou das glebas ocupadas pelas comunidades remanescentes; acompanhar a demarcação de divisas das Unidades de Conservação, compatibilizando seus limites com os das comunidades remanescente; promover projetos de resgate da cultura quilombola; enfatizar o combate ao racismo e à discriminação racial; resgatar e valorizar as práticas tradicionais de utilização da terra e de seus produtos agropecuários, incentivando o cooperativismo como condição do desenvolvimento sustentável.

43. Para se inscrever na seleção prevista no artigo 7.º da Lei n.º 4.947/85, o trabalhador rural deve atender ao requisito de
- (A) comprovação de residência permanente, por dois anos ininterruptos, no município em que se localiza o projeto de assentamento.
 - (B) comprovação de uso permanente de área de terra pública alvo do projeto de assentamento.
 - (C) comprovação de residência permanente, por dois anos ininterruptos, na região do estado em que se localiza o projeto de assentamento.
 - (D) ter autorização de uso de terra pública alvo do projeto de assentamento.
 - (E) comprovação de residência permanente, por cinco anos ininterruptos, na região em que se localiza o projeto de assentamento.
44. Em 1993, o Congresso Nacional decide que terras improdutivas caracterizam o não cumprimento da função social da propriedade, podendo, portanto, ser desapropriadas. Em consequência, generalizam-se as ocupações de terras, como modo de reivindicar a reforma agrária, apresentando uma dinâmica recorrente: ocupação, seguida de acampamento, a que o estado responde com a desapropriação e a redistribuição de terras aos acampados. Essa modalidade de prática reivindicatória se caracteriza por
- (A) sempre ser promovida por um movimento social rural, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que chama para ocupar e organiza a ocupação e o acampamento, excluindo-se a participação de outras organizações, como os sindicatos rurais e a igreja católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra.
 - (B) mostrar uma inflexão, em relação aos anos de 1960, no modo de proceder das organizações, e do estado, que legitima as reivindicações ao desapropriar, criando espaço de negociação e embate.
 - (C) não constitui um novo modo de ação coletiva rural no Brasil, porque o Estado continua legitimando a existência de seus agentes e implementa sua capacidade de ação.
 - (D) produzir uma espiral de ocupações que, aglutinando demandas sociais muito diferenciadas, não apresentam um padrão que possa ser equacionado em um modelo.
 - (E) uma tendência acentuada ao arrefecimento, após os assentamentos dos acampados, que vão deixando de participar do movimento, configurando-se uma perda organizativa no que se refere à multiplicação das ocupações.
45. A pluriatividade torna-se estratégica no processo de reprodução social da agricultura familiar, em face do contexto social e econômico contemporâneo, porque ela
- (A) decorre das pressões dos processos sociais e econômicos exteriores às unidades familiares, principalmente da demanda de trabalho assalariado e de sua integração à agroindústria.
 - (B) não decorre apenas dos processos sociais e econômicos exteriores às unidades familiares, mas de tomadas de decisão no interior das famílias rurais, em busca de alternativas materiais a sua reprodução social e à permanência na terra, apresentando-se como complementar à atividade agrícola na unidade.
 - (C) pulveriza as unidades familiares internamente, porque as estratégias individualmente traçadas não são mediadas por estratégias familiares, assim transformando estruturalmente a agricultura familiar.
 - (D) é um fenômeno homogêneo, em face da escassez de recursos para investir na produção e na terra, apresentando-se como mecanismo quase que exclusivo de permanência na terra.
 - (E) não garante espaço de trabalho aos membros do grupo familiar, sem que isto torne economicamente inviável a unidade produtiva, e estabiliza seu nível de consumo.
46. Os desafios e possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar implicam demandas ao estado por condições mínimas de exercício de suas atividades. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF pretende responder a essas demandas, contribuindo para políticas públicas que contemplem suas possibilidades. Análises importantes sobre a agricultura familiar ressaltam que
- (A) sua função é principalmente política, aliviando tensões sociais, por reter o excedente da população rural na terra.
 - (B) sua função é principalmente econômica, propiciando a redistribuição de renda, embora não contribua para a modernização do campo e não resolva o problema do abastecimento alimentar.
 - (C) ela deve se tornar crescentemente independente da intervenção pública, na medida em que seu papel deve ser o de diversificar a produção para garantir a segurança alimentar.
 - (D) é setor que demanda intensamente a regulação pública dos conflitos sociais, colocando ao estado a oportunidade de gerir o processo de desenvolvimento e de formular políticas públicas que incorporam elementos não exclusivamente econômicos, como o meio ambiente, o patrimônio cultural e a diversificação produtiva para garantia da segurança alimentar.
 - (E) ela incorpora elementos que a integram ao mercado como instância organizadora da economia, assim compensando o descompasso entre o crescimento econômico e a equidade social, na medida em que, em seu âmbito, o trabalho e a produção agrícola não se destinam apenas à valorização do capital agroindustrial.

47. A administração do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), segundo o que estabelece a Lei n.º 14.591/11, caberá a uma Comissão Gestora, que deverá ser integrada pelos representantes, dentre outros, da
- (A) Fundação Prefeito Vaz de Vasconcelos (CEBAN).
 - (B) Secretaria do Meio Ambiente.
 - (C) Secretaria de Minas e Energia.
 - (D) Coordenadoria de Gestão Social Integral.
 - (E) Casa Civil.
48. Constitui objetivo do PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), dentre outros:
- (A) obter a melhoria das condições sociais da agricultura familiar.
 - (B) efetivar a articulação integrada de órgãos setoriais responsáveis pela produção.
 - (C) favorecer a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar nas compras feitas por entidades públicas federais e municipais.
 - (D) estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo.
 - (E) fomentar o incremento de material biodegradável para a produção dos produtos da agricultura familiar.
49. A Lei n.º 14.750, de 27 de abril de 2012, que alterou a Lei n.º 11.600, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado, estabelece que:
- (A) em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a 10 módulos fiscais, vigentes na data da publicação desta Lei, situadas nos Municípios da 10.ª Região Administrativa do Estado, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão de uso, pode-se aplicar o instituto da regularização da posse, na forma estabelecida nesta Lei.
 - (B) a Fazenda Estadual poderá renunciar da discriminação das áreas não superiores a 17 módulos fiscais, mediante arbitragem judicial homologada em autos apartados das respectivas ações discriminatórias.
 - (C) considera-se regularização de posse a alienação onerosa ao ocupante, pessoa física ou jurídica, que mantiver, sem oposição, posse efetiva por prazo mínimo e ininterrupto de cinco anos.
 - (D) para fins de regularização de posse, entende-se como posse efetiva, para a pessoa física, a morada permanente e a exploração de 50% da área correspondente a um módulo rural.
 - (E) é vedada a regularização de área cujo ocupante tenha sido beneficiado anteriormente à edição desta Lei, por regularização de outra área devoluta que, subtraída à ocupada na 10.ª Região Administrativa, exceda a vinte módulos fiscais.
50. Para os fins da Lei n.º 11.600/03, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado e dá outras providências correlatas, são terras devolutas reservadas:
- (A) as necessárias à implantação de estabelecimento privado municipal e estadual.
 - (B) as adjacentes às quedas d'água passíveis de aproveitamento industrial em instalações hidráulicas ou na produção de energia hidroelétrica.
 - (C) as que contenham minas e fontes de águas minerais passíveis de utilização humana, excluindo os terrenos adjacentes necessários à sua exploração.
 - (D) as que constituam margens de rios não navegáveis, compreendidas em uma faixa de 10 metros, contados a partir das enchentes ordinárias.
 - (E) as necessárias à consecução de qualquer outro fim de interesse público ou privado, devidamente caracterizado em Lei.

